

ATA NÚMERO 2

SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Olívia da Conceição Andrade de Carvalho**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, **Paulo Jorge Barros Barreira**, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva – Substituída por Luís Dinis
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Joaquim António Pinheiro – Substituído por Maria de Lurdes Machado Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite –
Substituído por Sidónio Seixas

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores
Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira, Hugo Miguel Costa Carvalho, Carlos
Machado, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Cláudia Daniela Mota e Silva,
Henrique Jorge Nunes Monteiro, Alfredo Teixeira Carvalho, Joaquim António Pinheiro e
Rui Leite.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos
trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a número vinte e
seis, de doze de setembro e a número um de vinte dois, de outubro de dois mil e
dezasete.

Relativamente a estas duas atas, apenas solicitou a correção ao seu nome, na
ata de vinte e dois de outubro a senhora Deputada Eugénia Margarida Pinto Soares
Vieira. As correções foram efetuadas de imediato. De acordo com o novo Código do
Procedimento Administrativo não votaram a ata de doze de setembro, por não terem
estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: Pedro Leonel Dias
Marques da Cunha, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Maria do Rosário de Magalhães
Loureiro, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira,
Paulo Jorge Barros Barreira, Cândido Augusto Pires Zoio, Dina Maria Teixeira Coelho,
Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Zita Graça Teixeira Pereira, Ana Sofia Marinho
Briga, António Alexandrino Ferreira de Magalhães, Luís Dinis, Gabriel Edgar Fonseca
da Silva Gomes, Fernando José Teixeira da Cunha e Rui Filipe Silva Coelho.

Da votação das duas atas, resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Passou-se de seguida para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.
Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CANDIDO ZOIO - PS

O senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:
“Permitam-nos, igualmente, que através dos eleitos saúdem todos quantos assumiram
a sua candidatura nas listas das diferentes forças políticas que se apresentaram a
sufrágio.

E permitam-nos, ainda, uma saudação às mulheres e homens Amarantinos que,
participando ativamente no processo de escolha dos seus representantes nos órgãos
locais para os próximos quatro anos, conferiram uma vez mais a este ato eleitoral e
cívico da maior importância e significado, a dignidade democrática que nos caracteriza
enquanto povo que nos orgulhamos de ser.

Quero ainda a todos desejar também uma quadra natalícia repleta de felicidade.

Esta é verdadeiramente a primeira reunião da Assembleia deste mandato, queria
nesta minha primeira intervenção colocar uma questão ao Senhor Presidente da
Camara Municipal relativa a uma área que me é muito cara... a educação, e que tem a
ver também com a participação democrática que referi anteriormente.

Os Conselhos Gerais dos Agrupamentos são órgãos de direção estratégica responsáveis por linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, sendo composto por representantes dos docentes em exercício efetivo de funções, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, do pessoal não docente, do município e da comunidade local, em número reduzido 21 elementos ao todo.

Por isso, tradicionalmente, o município de Amarante sempre se fez representar pelo Vereador do Pelouro mais dois Presidentes de Juntas, um de cada área política, dentro do território de cada agrupamento, promovendo assim a pluralidade democrática no Conselho Geral, indo um pouco ao encontro do espírito que evoquei nas minhas palavras iniciais.

Não conseguimos por isso compreender, a última decisão relativamente a esta matéria, em que sob proposta do Senhor Presidente de Câmara indicou, como representantes do município, para os dois Conselhos Gerais dos Agrupamentos o Senhor Vereador do Pelouro, o Senhor Chefe de Divisão da autarquia e apenas um presidente eleito pela coligação.

O costume que agora foi quebrado, no nosso ponto de vista, tinha mais amplitude democrática e representativa do território, e este princípio era fundamental, pois trata-se de um órgão de consulta e de um setor muito sensível como é o da educação.

Posto isto, pergunto qual o fundamento que esteve na origem da proposta apresentada na última reunião de câmara e que rompe com uma tradição, que era consensual, no que diz respeito à indicação dos elementos para estes órgãos?"

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que: "esta é facto a primeira reunião efetiva desta "casa da democracia" e por isso eu faço esta primeira saudação a todos, esperando que o nosso trabalho aqui seja profícuo em prol do desenvolvimento da nossa terra.

Quanto à intervenção do senhor Deputado Professor Zoio, com certeza que o senhor Presidente da Câmara dar-lhe-á uma resposta efetiva, mas é verdade que o equilíbrio de forças mudou significativamente nas últimas eleições e isso tem de ter repercussões políticas. Está na competência do senhor Presidente da Câmara designar os órgãos para o Conselho Geral da Educação. Aliás, vimos o que aconteceu por exemplo na CIM em que, desculpem-me a expressão, houve uma razia total e um quase assalto ao poder por parte do Partido Socialista designando todos os membros afetos ao Partido Socialista. Isto pode não ser muito correto em abstrato, mas quando o equilíbrio de forças muda significativamente, há sempre a possibilidade e a oportunidade para fazer esse tipo de designações. De todo o modo, a resposta adequada existe e por isso, sobre este assunto não vou dizer mais nada.

Queria realçar um acontecimento extremamente relevante e positivo para a nossa terra que foi a classificação de Amarante como Cidade Criativa da UNESCO na categoria de música. Isto é de facto uma distinção relevante para a nossa terra. A candidatura de Amarante fundamentou-se na importância e no papel da música na história da cidade e realçou ainda os eventos que o concelho tem acolhido direcionados para a música, nomeadamente o MIMO, o Band'Arte, o Hafest, o Mercado da Música, Bandas Filarmónicas e a Orquestra do Norte.

A Rede Cidades foi criada em 2004, para fortalecer a cooperação entre as cidades que consideram a criatividade um fator estratégico para o desenvolvimento urbano, sustentável e com impacto social, cultural e económico. Isto deve ser para todos nós um grande orgulho, mas também é uma grande responsabilidade no sentido de mantermos e desenvolvermos os padrões que nos levaram a ser considerados uma terra de excelência e que nós certamente queremos manter.

PAULO BARREIRA – PS

No uso da palavra disse que “consta que este Executivo vai mandar elaborar um estudo de viabilidade e reabilitação da ex-Central hidroelétrica do Olo. De que se trata este estudo, senhor Presidente? De mais um estudo? De mais um daqueles estudos a que nos tem habituado, de ilusão e só para gastar dinheiro aos Amarantinos, a exemplo do que já aconteceu com o estudo feito para o Parque Florestal e para a Linha do Tâmega, que não deram em nada e onde apenas se gastou dinheiro dos contribuintes? De que se trata afinal este estudo? Tratar-se-á da criação de um Museu da antiga central? Da reabilitação da hídrica para a produção de energia elétrica? Da reparação da casa das máquinas? Do melhoramento da câmara de descarga? Do arranjo das turbinas? Do arranjo do canal com dois quilómetros? Das obras do açude da barragem? No meio de tantas opções, afinal estamos a falar de quê? Pode esclarecer-nos?

MANUEL PINHEIRO - PS

No uso da palavra o senhor Deputado disse que “o assunto que quero referir em primeiro lugar não diz respeito diretamente à Câmara, mas na qualidade de eleito e zelador dos interesses e da coisa pública não podia deixar de o trazer aqui. O assunto em questão prende-se com um pertença alargamento da Ponte de Padronelo. Ora, os habitantes que se situam a montante da Ponte, como seja os da freguesia de Jazente, S. Simão e Carvalho de Rei, viram-se privados do seu percurso habitual, através da estrada nacional 101, causando-lhes alguns incómodos e também uma despesa considerável nomeadamente na perda de tempo e no maior número de quilómetros, cerca de quatro que tinham de fazer a mais por cada viagem. Isto para quem trabalha na cidade, e que tem muitas vezes um salário a rondar os quinhentos e cinquenta euros e vai almoçar a casa, representa um acréscimo elevado nas despesas mensais. Mesmo tendo em conta estas contrariedades, esperava-se contudo que as melhorias iam ser significativas, contribuindo para isso uma ponte alargada e funcional, mas não foi isso que aconteceu. A situação que ali está é caricata e as pessoas estão revoltadas. Quem vem de Jazente para a cidade, no sentido descendente encontra uma via mais estreita do que aquela que existia antes de começar a obra. Para além do prejuízo ambiental criado ali, porque a ponte antiga tinha um paredão de onde se podia pescar, enquadrado na zona, vemos hoje umas guardas metálicas que não se enquadram na obra e que não faz sentido terem ficado ali. Aquilo que lá está é uma aberração e um exemplo daquilo que não se deve fazer com dinheiros públicos, para além de ser uma afronta para com as populações que viveram privadas daquela via enquanto decorriam as obras. Por isso só quero saber da parte do senhor Presidente da Câmara se teve conhecimento desta empreitada.

A segunda questão que quero expor prende-se com a aquisição dos terrenos da antiga fábrica do Matias. Já passou algum tempo e não se veem sinais que mostrem que a Câmara tenha já em sua posse a dita aquisição. Surgiu alguma dificuldade com a escritura?

A terceira questão prende-se com o edifício da Biblioteca Municipal. Acho o edifício muito degradado, nomeadamente no que à pintura diz respeito. Fica o reparo, com a esperança que se façam obras de restauro.

JOSE JOAQUIM MAGALHAES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Neste espaço, destinado ao período antes da ordem do dia, apresentamos a V^a Exa. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, as seguintes situações que refutamos importantes: A Ecopista tem uma grande utilização por parte da população Amarantina e das populações circunvizinhas, apesar de ainda, muito

recentemente, ter sido objeto de limpeza e de alguma manutenção, a mesma esteve durante muito tempo num estado de degradação considerável (sem limpeza e corte de matos), em toda a sua envolvente física. Tal situação não beneficia ninguém, nem os utilizadores, nem as Freguesias onde está situada, nem a imagem do Concelho. Entendemos que a câmara Municipal deve assegurar uma manutenção e limpeza permanente deste equipamento Municipal.

A Estação de Gatão é um velho tema, que o Partido Socialista, tem vindo a trazer de uma forma assídua ao debate municipal, passaram quase quatro anos da construção deste equipamento, sem que o mesmo abrisse as suas portas!

Será que é neste mandato, senhor Presidente da Câmara, que se vai dar uso finalmente a este equipamento?

Apresentamos ainda, mais dois assuntos neste período, que não são uma competência direta da Câmara Municipal de Amarante, mas solicitamos o empenho do senhor Presidente da Câmara no desenvolvimento de uma pro-atividade, junto do IP - Infraestruturas de Portugal: O primeiro diz respeito à obrigação do IP realizar de imediato a limpeza e corte de matos dos terrenos que confinam à Estação de Caminhos de Ferro de Amarante. O Estado não pode, nem deve ter este comportamento!

Com que autoridade o Estado quer obrigar os privados realizar a limpeza de matos nos terrenos particulares, se ele mesmo se comporta como um transgressor escandaloso no desmazelo que tem com as propriedades, que estão sobre a sua jurisdição.

No tocante ao segundo assunto, que diz respeito à ocorrência de um apagão na iluminação do Túnel do Marão em finais do ano de 2016, sem que fosse acionada a sinalética de emergência, no nosso ponto de vista, agravou ainda mais a situação. Sublinhe-se, que este acontecimento foi do conhecimento público. Entretanto, vai correndo rumores que esta situação se vai repetindo, embora sem a mesma amplitude. Na verdade, rumores, são rumores, mas como diz o ditado popular: - "o seguro morreu de velho"!

É neste enquadramento que solicito, a vossa Exa. Senhor Presidente da Câmara, que faça as diligências necessárias junto da entidade gestora desta importante e grande infraestrutura, que se localiza também, no nosso território, com objetivo de apurar a veracidade deste relato, e simultaneamente ajudar a tranquilizar os utilizadores do Túnel do Marão, onde circulam diariamente muitos amarantinos".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

O senhor Deputado usou de novo a palavra para dizer que queria fazer uma observação: "eu espero que consigamos manter o nível de expressão elevado nesta que é, na sua essência, a verdadeira casa da democracia de Amarante. Julgo que todos temos a noção de que isto não é o facebook e espero que os assuntos aqui trazidos sejam racionais, objetivos e dentro do possível não sejam emitidos juízos de valor. Aliás, se calhar foi pelos juízos de valor que houve os resultados que houve. Posto isto queria também referir que o senhor Presidente da Câmara em meu entender habituou-nos e muito bem a rodear-se dos melhores e a estudar com o devido relevo as matérias que são importantes e relevantes para a nossa terra. São esses estudos que permitem uma decisão adequada para a nossa terra, aliás, coisa que os Amarantinos reconheceram. Continue senhor Presidente a habituar-nos a estudar adequadamente os assuntos importantes e prioritários para Amarante. Queria também dizer que é bom sinal que alguns assuntos trazidos aqui não são da competência da Câmara, mas sim da competência do Governo, sinal de que a Câmara no âmbito dos assuntos da sua competência está a trabalhar bem".

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA J. F. DE ANSIÃES

No uso da palavra disse que ia colocar duas questões. Uma delas e porque se aproxima o inverno, prende-se com o desabamento das terras de um talude na estrada 575 que ocorreu já há uns meses atrás. Na altura deu origem a um processo complicado, um processo que se dizia de alguma sensibilidade. O entulho ficou depositado na estrada municipal durante meio ano. Misteriosamente num sábado de manhã desapareceu. Em resumo: o que eu queria perguntar ao senhor Presidente é se há algum desenvolvimento deste processo porque a metade do talude que ficou suspenso ameaça ruir a qualquer momento. Na altura, aconteceram prejuízos materiais e o mesmo poderá de novo acontecer,

A segunda questão prende-se com a autoestrada do Marão. Um ano e meio após a abertura do túnel verifico que muitas obras complementares ao túnel para a freguesia de Ansiães ainda não estão concluídas. Tenho mantido uma luta terrível com as Infraestruturas de Portugal no sentido de levar a bem o final da obra. O que é certo é que prometem, prometem mas não cumprem. A minha questão é de saber se nesta cruzada a Câmara Municipal está disponível para me acompanhar e se eventualmente tivermos de recorrer à via judicial poderei beneficiar de algum apoio jurídico por parte da Câmara Municipal?

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra o senhor Deputado disse que “de uma forma breve ia colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara. Uma delas prende-se com o Quartel da GNR que foi uma ambição durante décadas, uma ambição muitas vezes adiada por razões que terão a ver com algumas questões locais, mas principalmente com questões de âmbito nacional. Aliás esta matéria é uma matéria da responsabilidade nacional, mas que muitas vezes os municípios se substituem à ausência de capacidade de satisfação das necessidades locais que ao nível da Administração Interna se vão fazendo sentir. Amarante sempre mostrou querer ser parceira do Governo e dessa forma suprir a insuficiência que íamos constatando no município. Foi finalmente encontrada uma solução administrativa e técnica e reconhecemos que o anterior Executivo teve um forte empenho e de certa forma determinante para que a obra se pudesse ter realizado. A obra está pronta e o que eu pergunto é se há alguma perspetiva do Governo Central vir fazer a receção do edifício e se as transferências dos valores suportados pelo município já foram ou não recebidos?

A segunda questão que gostava de ver respondida, se for possível prende-se com o estacionamento junto ao bairro Cancela de Abreu, atrás do novo Quartel da GNR. Fiquei com a ideia que não tem iluminação pública. Considerando o espaço e a necessidade de descentralizar a oferta de estacionamento, é previsível a criação de condições para que esse espaço seja dotado de iluminação pública?

JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

Neste período de respostas e esclarecimentos aos senhores Deputados o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que espera que o debate neste início de mandato seja profícuo, que tenhamos sempre um debate de ideias, de opiniões, de algumas divergências que fazem parte da vida política e que poderão ajudar-nos a crescer, a melhorar o desempenho e a contribuir para um desenvolvimento que é certamente o objetivo de todos nós, para que Amarante se torne cada vez melhor, e mais apetecível onde seja bom viver e investir. Temos essa responsabilidade e espero que todos nós a possamos assumir. Por isso agradeço as sugestões e também as críticas porque eu estarei sempre recetivo para a procura das soluções para os desafios que vão sendo colocados. Aliás, Amarante precisa de muitos desafios.

Relativamente às questões que me foram colocadas, vou começar por responder ao senhor Deputado Cândido Zoio relativamente à educação e à interpretação que faz. Aliás, se a partir de agora vamos fazer interpretações acerca

daquilo que fazemos, querendo saber se vem da esquerda ou da direita, digo desde já que não me vou meter nessa questão, mas que estarei sempre no centro em equilíbrio com ambas as partes. Quando me fala sobre a relação dos representantes no Conselho Geral da Educação, não me pergunte qual a cor política dos vinte e um elementos que o compõem. Não sei nem quero saber. Espero que nesse Conselho haja debate e essencialmente a defesa da educação dos nossos filhos. A quem compete estar neste órgão é ao senhor Vereador com o Pelouro da Cultura e Educação. Como é óbvio ele terá de tomar decisões, reportá-las a quem de direito para podermos ter um Conselho mais ativo. Temos também um técnico que é o Chefe de Divisão, o segundo elemento que foi apresentado em reunião de Câmara. Portanto, não percebo que tipo de preocupação isto possa causar aos senhores Deputados. Eu não estou porque sei que é um técnico mais que habilitado para defender aquilo que nos interessa a todos que é a educação das nossas crianças. Fazem também parte dois Presidentes de Junta; um da margem direita, outro da margem esquerda. Eu só quero pessoas empenhadas naquilo que vão fazer, não me importando se são de esquerda ou de direita.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado António Araújo, quero agradecer-lhe a referência que fez a esta nova realidade em que Amarante numa candidatura que fez às cidades criativas da UNESCO acaba por ser reconhecida como cidade da música. O desenvolvimento das cidades também se faz com estas questões. Amarante é uma cidade que tanto nesta área como noutras terá sucesso. É isto que faz desta cidade uma cidade única e espero que Amarante continue a apostar neste e noutros segmentos.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Paulo Barreira, fiquei na dúvida por que não percebi o que quis dizer. Não percebi se estava a fazer uma crítica, se está ou não preocupado com a central, se quer que se faça alguma coisa. Agora eu vou dizer-lhe o que quero fazer: - quero reabilitar aquele espaço que é único. O senhor deve saber que a primeira energia que chegou à cidade de Amarante, era proveniente daquele espaço. É algo de que nos orgulhamos. Há cem anos atrás foi inaugurada e ando há alguns anos a tentar que o Governo nos possa permitir fazer a sua reabilitação. Já falei com dois Ministros a quem disse que aquele espaço devia passar para a alçada do município. Com a barragem de Fridão, aquele espaço foi desafetado e portanto não nos é permitido reabilitar a central, mas estou a tentar que esse impedimento possa ser invertido. É o que eu vou fazer. Se o senhor concorda ou não, isso não me importa. Aquela mini-hídrica tem de voltar a ser reabilitada. Tem espaço para ser um centro interpretativo. Recentemente foi lançado um livro com factos históricos daquele equipamento. Era importante que pudesse ser aberto ao público e é isso que eu vou tentar fazer. Se critica, faça o favor de criticar. Se tem uma sugestão para dar e se tem conhecimentos que me ajudem a encurtar o caminho agradeço-lhe. Só quero isso. O tom jocoso com que coloca as questões, certamente fará parte da sua natureza humana. Agora, o que eu lhe digo, é que aqui o senhor não está a escrever nas redes sociais e se por acaso quer ajudar o município de Amarante faça-o, mas faça-o de forma que eu possa dizer que aquilo a que me aconselhou foi válido.

Relativamente ao Parque Florestal que estudo é que o senhor conhece? Eu não conheço nenhum estudo que o município tenha feito. Agora se me diz que há uma ideia, que há uma vontade, há um propósito para aquele Parque, há sim senhor. Se me diz que é legítimo que o município de Amarante volte a ter responsabilidades naquele espaço, eu digo-lhe que sim e irei fazer tudo para o conseguir. Aquela espaço é único e é muito importante para o município de Amarante. Quem está preocupado com ele deve querer que o município possa um dia tratar daquele equipamento.

Relativamente à linha do Tâmega, já todos me ouviram falar da vontade política, da vontade partidária, sendo que por um lado está a minha vontade e por outro está tudo aquilo que aconteceu ao longo dos quatro anos e que me obrigou a mudar a

estratégia. Agora, estou obviamente a avançar com a possibilidade de poder reabilitar aquele espaço. Como não sou técnico especializado nesta matéria, terei de ter técnicos que me possam garantir estudos que me garantam ou não a segurança dos equipamentos existentes. Para isso vou ter de os contratar. Se o senhor vê mal nisso, não sei então qual é o seu problema. Não sou eu que vou ver se as duas pontes existentes têm ou não capacidade para aguentar carga em cima. Pedi a uma universidade que me fizesse esse estudo. Portanto, da minha parte irei continuar a fazer aquilo que entendo que é importante. Entendo que a linha do Tâmega é estrutural para o desenvolvimento do concelho de Amarante e por isso vou continuar a lutar para que a linha volte para o concelho de Amarante.

Respondendo agora ao senhor Deputado Manuel Pinheiro, quero dizer-lhe que ainda não passei no local mas acredito naquilo que acaba de me dizer, embora me tenham dito que a estrada iria alargar para melhor fluir o trânsito. Quando me diz que há esse constrangimento, irei lá passar e averiguar. Colocou-me a questão se eu tive conhecimento e eu digo-lhe que tive conhecimento. Tive eu e o senhor Presidente da Junta. Na altura opus-me a este tipo de intervenção e o que eu dizia é que deviam fazer o que fizeram na ponte em Gondar. Foi esse o meu propósito, mas irei ver se poderá ser ainda feita alguma alteração por parte do IP.

Relativamente aos terrenos da fábrica do Matias há efetivamente algum constrangimento jurídico, embora a família queira vender e a Câmara queira comprar, Estamos a tentar ultrapassar esse constrangimento jurídico para que possamos vir a tomar posse daquele equipamento.

Relativamente à degradação da Biblioteca é um facto. Estamos a ver da possibilidade de fazermos uma candidatura para a reabilitação de todo o edifício. O edifício para além de constrangimentos estruturais, tem também patologias graves que é preciso resolver. Já no passado foi feito um estudo para se encontrar uma solução para as minorar, mas ainda não foi encontrada solução definitiva.

A ecopista já está limpa e vamos estar mais atentos à sua manutenção.

Relativamente à questão do apeadeiro de Gatão sei que há luz verde para que uma associação de Gatão venha a fazer a sua exploração.

Quanto às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Ansiães e relativamente à estrada 575 não tenho de momento resposta concreta para lhe dar. Vou mandar averiguar. Mas quero dizer-lhe que o Município estará ao seu lado em tudo o que precisar para reivindicar aquilo que é uma necessidade e uma obrigação por parte do IP.

Relativamente ao Quartel, a GNR fez há relativamente pouco tempo a transferência das verbas que ainda estavam por liquidar e neste momento estamos à espera que tomem a decisão de ocupar as instalações. O problema da iluminação do Parque contíguo ao Quartel estará em breve resolvido.

Usou de novo a palavra o senhor Deputado **PAULO BARREIRA**, que disse que estando nós em democracia não aceitava intimidações, nem ser amordaçado logo na primeira intervenção que fez nesta sala. “Vou sempre dizer aquilo que penso e para bem de Amarante e como Amarantino que sou, passei e brinquei muito no Parque Florestal, viajei de comboio na linha do Tâmega a caminho da faculdade de engenharia do Porto e como tal, sou um Amarantino interessado no desenvolvimento da terra. Não quero o mal para esta terra. Antes pelo contrário. Tenho uma atividade, não preciso de viver de outra e venho aqui defender os interesses da minha terra. Estamos em democracia e por isso vou continuar o meu caminho. Quanto aos estudos para o Parque quero perguntar ao senhor Presidente se foi ou não feito um estudo e pago por quem. Por mim não foi e por isso se calhar foi feito pela Câmara. Todos vimos um grande outdoor a fazer o anúncio a uma grande obra que se ia realizar no Parque Florestal.

Relativamente à linha do Tâmega, também tenho muito interesse e lutarei naquilo que estiver ao meu alcance para reativar a linha do Tâmega, na versão comboio ou outra.

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente novamente se a ex-Central Hidroeletrica do Ôlo pertence à EDP ou ao município? Existe algum registo da posse municipal? Será que vai acontecer o mesmo que aconteceu no Parque Florestal, para onde se fez um estudo sabendo-se que aquilo não era nosso? Existe no Gabinete Jurídico da Câmara algum processo de tribunal respeitante à posse da hídrica envolvendo a EDP, a Frilixa e o município? Este diferendo já foi resolvido? Sabe o senhor Presidente alguma coisa sobre isto? Eu já fui a Lisboa consultar os arquivos na Fundação EDP e constatei que em 1982, a EDP por integração dos serviços municipalizados possui um protocolo que inclui diversos bens e onde consta também a Central Hidroeletrica. Então os terrenos são ou não do município?”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “ eu que também vivo de outra atividade e não preciso desta, venho aqui dizer que fui militar durante vinte anos com muito orgulho e se muita gente tivesse passado por lá, com certeza que não lhe faria mal nenhum. Depois diria que aqui ninguém amordaçou ninguém. Às vezes bem seria preciso para não se ouvirem certas atoardas, mas como isto é a casa da democracia toda a gente tem direito a dizer o que acha que deve dizer. Mas é claro que aquilo que se diz, deve ser fundamentado, tem que ser racional e tem que ser objetivo. Quando se fazem juízos de valor leva ao que levou e pelos vistos não aprenderam com o resultado das eleições. Portanto, continuem assim desta forma, a baixar o nível, a fazerem juízos de valor, a apontarem coisas que não são verdadeiras, Vir aqui fazer perguntas ao senhor Presidente quando lhe acabou o tempo não é correto. Meus senhores, aqui é verdadeiramente a casa da democracia, mas onde se deve discutir com elevação e parece que agora há uma nova moda que é os senhores Vereadores da oposição estarem a comentar as palavras dos senhores Deputados.

Nesta altura o senhor **VEREADOR RAIMUNDO MAGALHÃES** manifestou-se dizendo que se sentiu ofendido na sua honra perante as palavras que acabou de ouvir. Pediu a palavra dizendo ainda que se o debate assim continuar é caso para dizer que a democracia está posta em causa.

O senhor **Presidente da Assembleia** pediu-lhe para ter calma, dizendo-lhe que não tem o direito de usar a palavra, a não ser que o senhor Presidente da Câmara lha dê.

Entretanto o senhor Deputado **António Araújo**, retomou a palavra para dizer que “se o senhor Vereador entende que o facto de eu ter dito que a senhora Vereadora estava a rir-se do que eu estava a dizer é ameaçar a honra do senhor Vereador, aliás eu como nem falei com o senhor Vereador não entendo porque é que está tão nervoso. O senhor Vereador não está a cumprir as suas funções de acordo com o que está estipulado na lei. Eu só queria dizer e repetir que aqui deve haver elevação, mas pelos vistos é o que se vê”.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara autorizou que o senhor **Vereador Raimundo Magalhães** usasse da palavra. No uso da palavra disse que: “venho aqui defender a minha honra, não honra pessoal mas a minha honra como Vereador eleito com toda a legitimidade democrática. Senhor Dr. Araújo e se me permite, o senhor não tem o direito de pensar que nesta casa estamos numa caserna, onde o senhor é o General e o resto são Praças e que todos vamos ouvir as suas palavras e perante elas todos nos calamos com a mordança militar que o senhor anteriormente referiu, mas que se calhar quando o disse estava a olhar para um espelho. Nesta casa, os Vereadores, todos eles, tem o direito de estar vivos, de respirar, de se rir e de reagir. Nós sentimos e vivemos todos os problemas que aqui se levantam. O senhor não tem o direito de me

dizer que eu tenho de ficar quieto, mudo e quedo perante as suas intervenções. O senhor teria esse direito se vivêssemos num regime que o senhor parecer agora adorar, que é o regime militar anterior ao 25 de Abril”.

O senhor Deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** retomou a palavra e disse “que o senhor Vereador Raimundo Magalhães deve estar a confundido. Eu é que não lhe admito a si, porque o senhor não tem esse direito de tirar do que eu disse aqui, as palavras que me disse. Não lhe admito aqui nem lá fora. Eu não lhe admito senhor Vereador o que o senhor acabou de dizer. O senhor não tem motivo e já me conhece à muito tempo para ter dito de mim o que acabou de dizer. Eu apenas estranhei e perguntei porque é que a senhora Vereadora se estava a rir do que eu estava a dizer. Eu nem sequer me dirigi ao senhor Vereador. Se houvesse alguém que poderia ter razões para se defender era a senhor Dra. Octávia.

Quem falou em amordaçar não fui eu. O senhor desrespeitou aqui os militares. Os militares não são fascistas e aliás, foram os militares que nos tiraram do fascismo”.

De seguida, o senhor Deputado Américo Paulo pediu a palavra, ao abrigo da figura regimental da defesa da honra, sob o pretexto de defender o Partido Socialista. O senhor Presidente da Assembleia não lhe concedeu a palavra dizendo que não há honra do partido, mas tão somente a honra dos Deputados. Aqui defende-se a honra das pessoas.

AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra a senhora Deputada disse que era com orgulho que retomava estas funções, passados que foram quatro anos.

Relativamente à espécie de bagunça a que anteriormente assistimos, quero dizer que os senhores Vereadores podem efetivamente falar, mas só podem fazê-lo desde que seja solicitado pelo plenário, ou desde que o Presidente da Câmara os autorize. Quero lembrar um episódio semelhante no tempo do Dr. Armindo Abreu, em que o senhor Vereador Jorge Mendes pediu para usar da palavra e não lhe foi concedida. Foi preciso fazer um requerimento oral à Assembleia para que ele falasse. O plenário autorizou e ele então falou. Devemos ter elevação e não começar como hoje se começou. Ninguém se deve rir das intervenções de ninguém.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que ia usar da palavra este minuto que lhe resta para procurar acalmar os ânimos porque o Partido Socialista e todos os seus Deputados não podem ser castrados de vir expor as suas posições. Certo é também que nós estamos aqui na defesa dos interesses de Amarante. Queria deixar uma nota relativamente à minha intervenção anterior, para dizer que quem politizou a questão que refere, foi o senhor Deputado António Araújo, porque foi ele que disse que o peso das forças políticas foi alterado. No passado também tínhamos maioria e no passado também tivemos sempre a dignidade de colocar sempre um Presidente de Junta de cada área política dentro do território do agrupamento, porque o Conselho Geral é um órgão que deve ouvir todos. Acresce o facto de que o senhor Vereador que tem agora a tutela do pelouro é um diretor também de um agrupamento e por isso tem conhecimentos técnicos suficientes para conseguir verificar para ver se tem ou não cabimento todas as propostas que são feitas em Conselho Geral.

Para terminar quero dizer que a escolha dos elementos da CIM é da responsabilidade dos senhores Presidentes de Câmara e não do Partido Socialista.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que: “um outdoor com um projeto ou desenho apresentado para o Parque Florestal por altura da campanha eleitoral, não era nenhum estudo pago pela autarquia. Portanto, por aquilo que se vê, o que PS veio aqui mais uma vez fazer foi tentar lançar a dúvida e dizer que a autarquia faz a seu bel-prazer estudos e projetos. Mais uma vez o PS quer ir pelo caminho da difamação, pelo caminho do engano e volta a dizer que a Câmara faz coisas que até nem faz e tenta até dizer que um outdoor apresentado durante a campanha eleitoral de 2013, é um estudo que a Câmara andou a fazer. Caro Paulo Barreira, enganar não cola e por isso também não estamos aqui a depreender que tudo o que é dito nas redes sociais ou colocado em outdoor é depois fatura paga pelo município.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que “todos nós sabíamos como eram as eleições no Conselho Geral. Até havia intervenções de Vereadores na Câmara nas eleições. Afinal nós é que politizamos? A CIM são os oito Presidentes Socialistas que ganharam as eleições. Vem depois o senhor Presidente da Distrital do PS reunir à CIM com os Presidentes de Câmara para tratarem da atribuição dos cargos. E sabe quem é que foi designado para os cargos? Vê lá alguém do PSD designado nos cargos da CIM? Esta é que é a realidade.

JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que basta ler o Regimento para perceber que quem autoriza os senhores Deputados a usar da palavra é o senhor Presidente da Assembleia. Quem autoriza os senhores Vereadores é o senhor Presidente da Câmara. Nada mais do que isto e não adianta estarem a fingir que não é assim.

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** que previamente se inscreveu para o fazer. Assim usou da palavra o senhor **HERNANI CARNEIRO**, que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra “**Ecopista do Tâmega** - Encontrei um destes dias um grupo de utilizadores da ecopista, contrafeitos com a tempestade do cheiro nauseabundo da pocilga a céu aberto, no local que já nos habituamos a chamar curva da ferradura.

Às vezes é aí mesmo a fronteira dos passeios, e entre o passeio higiénico e libertador, levanta-se um muro, agravado ainda pelas escorrências pestilentas da lavagem da pia dos porcos, que recorrentemente se espalham na pista, o que é um abuso, e que merece uma atenção especial do nosso Município.

Já falei com o senhor Vereador André Magalhães, mas perante a falta de civismo de quem assim procede, não podia deixar tornar pública esta situação, o que me leva a solicitar a possibilidade de conhecer o tipo de contrato de quem explora aquela pocilga, junto a um equipamento excepcional, e como é possível num local com tanta abundância de água, autorizar este atentado ambiental.

Acrescento ainda mais uma reclamação, agora no que se refere aos cortes rasos de algumas árvores junto à pista, como o que aconteceu em fins de junho deste ano, com alguns plátanos, talvez para aliviar as vistas, e pelos vistos sem quaisquer penalidades.

Tenho ainda a lamentar a porcaria dos cães, que à revelia do regulamento da ecopista passeiam livremente, com os donos à distância.

Recentemente podaram algumas árvores, e embora percebendo pouco da poda, não entendo como se cortam só os ramos sobre a pista, sem arredondar o conjunto.

Resumindo: Gostaria de saber da possibilidade do nosso Município me informar que contrato o dono da pocilga fez com a Santa Casa da Misericórdia de utilização daquele terreno, a sua finalidade, e como vai o Município atuar perante o abuso em despejar

pelos taludes tanta porcaria para a ecopista, e também como vai atuar contra quem procede ao corte das árvores.”

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTONIO ADELINO** que perguntou ao senhor Presidente da Câmara se lhe podia dizer se o património da Central do OLO é ou não da Câmara? Perguntou ainda se a EPALC tem alguma pareceria com a Câmara?

Terminado o período das intervenções do público, o senhor Presidente da assembleia deu a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que começou por responder ao senhor Hernâni Carneiro que não tem nada a ver com contratos particulares nem com o facto dos porcos andar por ali, junto à ecopista num espaço aberto. O contrato é entre a Misericórdia e o privado e por isso não diz respeito à Câmara. No entanto, como aquilo incomoda e porque tem de haver intervenção no terreno de forma a que as escorrências não venham para a ecopista já houve uma vistoria e estamos à espera da resposta. A partir daí poder-lhe-ei dar uma resposta mais cabal à questão que me colocou. Relativamente aos cães que por lá aparecem à solta a responsabilidade é dos donos e é uma questão de cidadania ter respeito por quem por lá caminha ou anda de bicicleta.

Relativamente ao assunto da EDP, e para que fique esclarecido, aquilo é da Camara de Amarante. Neste momento não temos autorização para a produção de energia e estamos neste momento a trabalhar para poder reabilitar aquele espaço.

Quanto à Escola, neste momento a autarquia não faz parte de qualquer parceria.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, passou-se ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA** e por consequência à discussão dos pontos agendados na Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CANDIDO ZOIO – PS

Relativamente a este ponto o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal - O Relatório de Atividades e Informação Financeira que aqui se apresenta pode ser analisado em duas dimensões distintas: **A primeira) referente à atualidade, forma e estrutura; A segunda) relativa ao conteúdo; Na primeira dimensão** o relatório que aqui nos apresenta é coincidente com fim do mandato do executivo anterior liderado por vossa excelência, e reflete dados relativos a atividades apenas aos meses de setembro e o de outubro, ou seja, com informação completamente desatualizada, face à situação atual do município quer em termos financeiros, quer em relação às atividades da camara municipal.

Este mesmo relatório reporta todos os dados com data limite máxima de há 46 dias atrás, relativamente a esta reunião, isto pressupõe que estejamos a opinar a propósito de dados que objetivamente já não subsistem, acresce a nossa estranheza, pois o mesmo foi assinado apenas a 4 de dezembro.

Pergunto, portanto, ao Senhor Presidente se houve algum constrangimento técnico nestes 46 dias para não reportar informação relativa a novembro, ou se pelo contrário é propositada a ausência dessa informação?

Nessa mesma dimensão e agora no que respeita à forma: consideramos que este documento carece de melhorias significativas, embora sendo de consulta fácil e acessível, denota-se que é um documento sem fio condutor, sem indicadores de avaliação do desempenho e do esforço financeiro associado a cada atividade, bem como ainda não contemplar o impacto que cada atividade teve no município. Ele é

construído apenas com base em informações avulsas das diferentes estruturas do Município.

Nesse sentido recomendava ao senhor Presidente que o próximo fosse mais objetivo, completo e detalhado, desenhado em cima de um modelo único a utilizar por todas as estruturas municipais e que apresentassem as diferentes informações, para cada atividade, detalhando os indicadores de avaliação, demonstrando o esforço financeiro, os indicadores de execução e qual o impacto esperado na sociedade amarantina.

Essa metodologia, não favorece apenas a leitura crítica e aprofundada do documento, pois pode ser igualmente utilizada, por vossa excelência para uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, bem como fazer a demonstração plena do exercício da transparência que por nós Partido Socialista era proposto aos Amarantinos, a prestação de contas ao cidadão de forma clara e inequívoca.

A confusão que agora impera pode ser demonstrada por exemplo pela apresentação das atividades pela divisão de educação, juventude e desporto faz a referência de todas as atividades medida a medida, sendo certo que, por exemplo, não fornece os indicadores de medida em alguns casos, como se pode verificar no quadro referente à medida educação, na **página 31**, que não reflete o nível de execução no tempo em apreço, nem o acumulado. Já nos quadros referentes à medida desporto reflete esses dois indicadores, e estes são apenas dois exemplos paradigmáticos e até em uso dentro da mesma estrutura municipal.

Depois há estruturas que, no plano, demonstram as atividades, não no período em apreço, mas o acumulado, e julgo que ao longo da sua existência, é o caso da Agência de Planeamento Estratégico que a partir da página 59, como poderemos confirmar nos quadros apresentados, em que fazem o reporte da sua atividade desde que foi constituída.

Um outro exemplo de demonstrações apresentadas de forma diversa é o caso das atividades do GAP que apenas apresenta a agenda da representação não contextualizando as mesmas.

Para monitorizarmos a avaliação do desempenho do plano de atividades era absolutamente fundamental uma alteração de fundo, na forma como o relatório nos é apresentado, pois ajudava na reflexão crítica e analítica do mesmo.

Deixo, portanto, à consideração a vossa excelência um comentário relativamente à forma como é apresentada a informação financeira e o relatório de atividades.

E pergunto se no próximo relatório que nos apresentará será mais completo e atual, por uma questão até de transparência e de objetividade na avaliação do mesmo.

No que respeita à segunda dimensão... o conteúdo:

No capítulo 1 do relatório esclarece a situação financeira.

Relativamente a este capítulo, tenho a afirmar que o Partido socialista tem vindo a avisá-lo para a prudência que tem de haver ao nível financeiro principalmente quando se gere um orçamento que não é mais que dinheiro público.

Assim consideramos que em termos de endividamento, o seu Executivo está a iniciar um percurso que poderá ser perigoso, embora a dívida esteja controlada, atendendo ao limite máximo de endividamento.

Doze milhões de euros de dívida, preocupa-nos, mas mais preocupante ainda é o crescimento fulgurante da mesma em tão pouco tempo, e estamos apenas a falar de dados a 31 de outubro, à data de hoje não sabemos a real situação financeira da autarquia.

Pergunto, portanto, se nos pode informar, à data de hoje, quais são os reais indicadores financeiros:

Relativamente à dívida total do município?

Aos montantes utilizados relativos aos empréstimos?

Sabemos pelo mapa quadro 4, que à data de 31 de outubro a disponibilidade financeira do município diminuiu consideravelmente, cifrando-se apenas em 2.821.828,05 euros isto retirando o montante de dotações não orçamentais que, como sabe não podem ser usadas, e sabendo também pela indicação no mapa 4 que, à mesma data, o endividamento a curto prazo, era enorme 2.182.402, constatamos que o subtraindo esse montante ao anterior a disponibilidade real é muito reduzida apenas 639.416 euros.

As questões que se impõe relativamente a este cenário são apenas duas e de resposta muito fácil:

À data de hoje,

Qual é a disponibilidade financeira do município?

Qual o prazo médio de pagamento a fornecedores?

No capítulo II está plasmada a atividade realizada pelo município.

Um documento, como o que nos está a apresentar deveria definir também um quadro de referência para a execução do plano que lhe estará associado, contudo nada disso é feito.

Das atividades constantes que o Senhor Presidente julgou serem relevantes, tenho algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente: Na página 59, relativamente à Agência de Planeamento Estratégico (APE).

Tenho algumas dúvidas quanto ao detalhe da informação patente nos quadros, sendo que a única certeza que tenho é que a Agência de Investimento tem uma taxa de execução extremamente baixa: Apenas 11 das 74 intenções de investimento foram concretizadas, o que leva a que os números relativos aos de postos de trabalho criados se cifram apenas nos 33 dos 502 que estão em acompanhamento.

Com esta taxa de execução tão diminuta, pergunto ao Senhor Presidente, qual a interpretação da agência relativamente ao conceito “intenções de investimento”: Se são apenas meras sondagens da Agência a potenciais investidores para investirem em Amarante?

Se intenção clara e objetiva desses investidores promoverem investimento em Amarante?

Ou ainda um misto dos dois conceitos?

Depois o documento, nessa mesma página, no texto que precede o quadro refere, e passo a citar “foram concretizados 10 investimentos” e no quadro síntese refere 11 investimentos.

Estas informações incorretas traduzem em quem analisa os relatórios alguma insegurança, pois pode ser um mero gaffe ou uma inverdade.

Nesse sentido, e dadas as incoerências registadas, sugeria ao Sr. presidente que solicite à APE um relatório detalhado de toda a sua atividade, até porque estamos a falar de uma estrutura que tem associado um esforço financeiro da autarquia muito significativo para o ano de 2018.

Atendendo ainda a esse indicador, pergunto ao senhor Presidente qual é a sua perceção relativamente ao crescimento económico de Amarante no último mês, nomeadamente às ofertas disponíveis de emprego no concelho?

Sabendo que a melhoria contínua na qualificação dos cidadãos pode facilitar o ajustamento entre as necessidades das empresas e os recursos humanos existentes no território.

O estado central retomou a aposta na melhoria da qualificação dos cidadãos, como é o exemplo o programa “qualifica”, para depois poder com os parceiros em rede, potenciar o mercado de emprego e ao mesmo tempo aumentar a produtividade das empresas.

Esta política de apoio ao emprego qualificado serve também para estancar o abandono do território e ao mesmo tempo colocar esses jovens nas empresas de várias fileiras que estão a começar a desenvolver-se ou já estão instaladas há muito

tempo, como o agroalimentar, a floresta a metalomecânica ou as empresas de têxtil ou calçado que se começam a instalar no território é urgente acompanhar, por isso deixo a questão: Senhor Presidente, na alínea d do ponto 1 da página 59 que refere entre as atividades desenvolvidas que a APE promove “qualificação e formação dos recursos humanos”.

Pergunto, portanto, se a APE promove formação ou potencia a dos restantes agentes formativos no território?

Para terminar a análise do relatório e atendendo ao discurso da tomada de posse do Senhor Presidente, esperamos que acolha as sugestões apresentadas e que as mesmas sejam refletidas no próximo relatório que apresente a este órgão.

Tenho dito”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia disse que “não duvidamos nem duvido das intenções nem da boa vontade que o Partido Socialista tinha se fosse poder em apresentar a informação conforme nos foi aqui dito pelo senhor Deputado Cândido Zoio. Mas é verdade que o Partido Socialista tem história, tem passado e nesta Câmara tem todo um passar que nós conhecemos e portanto eu acho que o senhor Deputado ao fazer este trabalho não perguntou aos seus pares como é que era feito um relatório no tempo do Partido Socialista. Já foi aqui várias vezes dito que este relatório tem vindo a evoluir em termos de informação que é prestada a esta Assembleia. Esta evolução tem sido muito positiva. Não digo que não seja preciso cada vez mais informação, mas também não é possível termos a informação em tempo e na hora a que a estamos a discutir. Acho que há aqui um caminho a fazer mas desde sempre foi mostrado por este Executivo o que queria fazer em termos de contabilidade analítica. O caminho tem sido feito e é positivo, e só são desculpáveis as suas palavras pelo facto de não ter cá estado em anteriores Assembleias.

Quanto à informação financeira, não há dúvidas. A informação financeira é positiva que permite ao Executivo desempenhar e levar a cabo seu projeto. É uma situação financeira, que nos municípios à volta não existe, porque nenhum deles tem uma situação semelhante e todos ficamos a saber que a situação vai ser para continuar mantendo-se o rigor proposto. Agora, não podemos estar a exigir tudo e depois vir para aqui dizer que temos de ter cuidado com a situação financeira. Penso que não estão ainda refletidos os pagamentos da obra do Quartel e como tal, as disponibilidades não refletem esse valor que entrou posteriormente”.

FERNANDO MOURA E SILVA - CDS/PP

O senhor Deputado no uso da palavra disse que o documento é um documento meramente informativo. Nós não estamos aqui a aprovar as contas do exercício. Para isso há-de chegar o momento. Nessa altura teremos as rubricas subdivididas onde apreciaremos as despesas mais objetivamente. O documento que agora analisamos, está bem elaborado e a meu ver até tem informação a mais em relação a pequenas coisas que vão acontecendo no dia a dia que são atividades correntes do Executivo. Há aqui um rol de informação tão minuciosa e esclarecedora que no meu caso era perfeitamente dispensável, aliás, sempre disse isso.

Em relação aos mapas de contas e à diferença entre as receitas e as despesas, julgo que também elas são esclarecedoras. A existirem dúvidas, penso que de imediato poderão ser esclarecidas. Eu por exemplo tenho uma dúvida que resulta do facto de termos aqui uma variação homóloga da despesa de 8% em relação às despesas com pessoal. Gostava de saber se este aumento significativo de 8% com as despesas com pessoal está relacionado com as correções das retenções e cativações dos últimos anos, ou se resulta de forma significativa em relação às necessidades de recrutamento

de novos quadros. As outras rúbricas parecem-me facilmente explicáveis. É desta forma que deixo aqui a minha opinião.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que relativamente às considerações colocadas pelo senhor Deputado Cândido Zoio, concorda que tudo tem de ter um processo evolutivo de melhoria. Já no passado eu falava que o relatório tem de melhorar e isso tem acontecido. Acontece, que esta forma de elaborar o relatório vem do passado, onde os diversos serviços remetem e compilam os dados para sua elaboração. Sinto-me confortável para dizer que comparativamente ao passado o relatório está melhor, mas ainda há um longo caminho a fazer. Acredito que no próximo ano haja uma melhoria do documento, até porque isso terá de assentar numa reestruturação dos serviços que neste momento está a ser pensada, até porque a partir de janeiro haverá uma nova realidade; entrará em vigor o SNSAP que vai obrigar a toda uma nova lógica que não é perceptível para os senhores, mas vai sê-lo internamente na agilização dos indicadores e vai permitir trabalha-los de outra forma, permitindo uma total transparência nos indicadores que apresentamos de modo que seja fácil para todos poder analisá-los.

A informação que hoje é fornecida é a habitual ao longo de todos estes anos. É habitual que no final do ano haja alguns acertos na informação nomeadamente no que diz respeito aos tempos médios de pagamento. A Câmara de Amarante sempre teve tempos médios de pagamento dos melhores do país. Se me pergunta como é que foi neste mês que passou, digo-lhe que houve atrasos, porque em termos de tesouraria houve atrasos nos prazos de recebimentos naquilo que era por exemplo a questão da GNR. Estamos a falar em oitocentos e setenta mil euros que já tínhamos pago e que ainda não tinha-mos recebido. Isso criou algum constrangimento, que não é nada preocupante. Uma coisa é pagar a três dias, outra é pagar em quinze dias. Dentro dos parâmetros normais esta Câmara continua a pautar-se pelo rigor nos pagamentos. Entretanto já foram pagas muitas despesas estes últimos dias.

Passando a uma segunda parte da sua intervenção, notei que fez um grande enfoque no APE, que eu não percebo ainda mais vindo da sua parte. Os indicadores de que falou vão estando ao seu dispor durante o dia, mais que não seja pela atividade que neste momento exerce que é a ligação às questões do emprego. Como sabe a Câmara não é uma entidade formadora e portanto quando fala em formação fala em entidades parceiras. Por exemplo com a Casa da Juventude temos uma grande proximidade em que trabalhamos questões da formação. Quando fala que é muito pouco terem-se concluído só onze processos, não sei onde é que o senhor deputado consegue avaliar se é pouco ou se é muito. Agora o que lhe digo é que Amarante desinvestiu mais de duas décadas neste setor. Quando eu aqui cheguei entendi que devia inverter esses processos de desinvestimento e passar a fazer esse investimento na área da procura da empregabilidade para o território, porque sei que este é o grande calcanhar de Aquiles que nós temos. A grande preocupação que Amarante tem neste momento é saber-se que não temos capacidade de resposta àqueles que nos procuram. Se calhar, muitos deles ainda não concretizaram investimento no município de Amarante porque durante mais de duas décadas desinvestimos neste setor. Conseguimos onze, porque se calhar conseguimos apresentar instalações, ou alguns espaços não municipais que foram postos ao dispor de quem quer cá investir. Um dos investimentos, destes setenta e quatro que estão em acompanhamento refere-se a uma fábrica, a quinta maior do mundo a fabricar peças para o setor petrolífero, que é brasileira, e que quer criar uma unidade fabril em Amarante. A escolha estava entre Portugal ou Itália e nós convencemo-los que Amarante era uma boa oportunidade. Como queriam uma grande área que não temos, apresentamos-lhes alguns pavilhões devolutos na possibilidade de poderem ir para lá. E se calhar é para lá que eles irão. E

farão ainda uma pareceria com uma empresa de fundição também sediada em Amarante. Ainda não está concretizado, mas está ser trabalhado. Eu próprio já fui falar duas vezes com o senhor Presidente da CCDRN no sentido de me ajudar a captar estes investimentos. É assim que nós trabalhamos, mesmo que o senhor possa achar que está mal. Esta é a nova realidade do município de Amarante. Eu agarrarei todas as oportunidades que tiver para atrair investimentos. Se calhar irei endividar-me a comprar terrenos e a infraestruturar áreas de acolhimento empresarial. É imperioso que o município de Amarante faça investimento no setor industrial, porque temos de ser competitivos e com capacidade de resposta. Não consegui por exemplo atrair uma empresa do setor automóvel de Vitória, no País Basco, que solicitou a dez municípios, um dos quais era Amarante, no sentido de saberem quais eram as possibilidade de se transferirem para cá. Como é que nos descobriram? Através da APE que está sinalizada nos radares da AICEP. A AICEP, vai remeter para cá uma empresa do setor do aglomerado também estrangeira, que gostava de vir para cá. Vamos mostrar-lhes as possibilidades que temos. Isto é uma nova realidade. Isto é uma nova filosofia. O senhor provavelmente percebe a linguagem que eu estou a ter, porque não basta ter programas QUALIFICA se não temos onde os colocar. O senhor e o Governo fará o trabalho naquilo que é a formação profissional mas também é preciso ser subsequente. E preciso ter espaços para os acolher. O município está a trabalhar nesta área, investindo como nunca se investiu em Amarante.

Há mais de duas décadas tivemos nos quatro Quadros Comunitários de Apoio muito dinheiro disponível para fazer áreas de acolhimento empresarial e o senhor sabe bem disso. Mas também sabe que neste momento não há. E é isto que me aflige porque para isso eu vou ter que pedir empréstimos para poder infraestruturar. Vou fazê-lo porque acho que é uma obrigação. Os diversos projetos e estudos que aqui estão falados vão arrancar até porque já há neste momento algumas candidaturas aprovadas. Eu vou avançar com algumas das obras que prometi a Amarante. Vou fazê-las com quadros comunitários e com contrapartida nacional. É evidente que o município, vai fazê-lo através dos fundos disponíveis, ou recorrendo a empréstimos. Mas diz-me que não nos podemos endividar. Acredito que neste próximos dois anos iremos arrancar com mais de dezoito milhões de euros em obras que são necessárias, mais estas que eu acabei de referir.

Estamos também a fazer estudos e candidaturas na área florestal e na área agroalimentar. É verdade que irei pedir a contrapartida nacional. É verdade que iremos pedir financiamento à banca, mas todos sabemos que é assim. Agora eu não vou deixar de fazer um investimento de dezasseis milhões de euros. Se conseguirmos ir buscar cerca de 80% a fundo perdido, teremos como é evidente de pôr o resto. Talvez por isso não iremos ficar com um endividamento de seis milhões, mas provavelmente ficaremos muito acima. Mas é investimento, é património. Se analisarmos o mandato anterior verificamos que houve muito investimento no território e a dívida manteve-se igual. Aumentamos ainda de património com a compra de terrenos que servem para fazermos zonas que serão importantíssimas para a nossa cidade. As termas, por exemplo é um grande investimento importante para o desenvolvimento da cidade. Portanto, aumentamos o património, aumentamos a capacidade de atratividade, mantendo o endividamento muito equilibrado. Agora se vai estar sempre abaixo dos dez milhões, não lhe vou conseguir responder. Estou a falar de dívida de médio e longo prazo. Espero, neste mandato, ter a capacidade de poder fazer o investimento a que me proponho, até porque não vamos desperdiçar um euro de fundos comunitários.

Em resumo: fico feliz por ver que já se concretizaram 11 projetos e que ainda há 74 intenções que estão a ser acompanhadas pela APE, que provavelmente não ficarão todas, mas que indiciam que Amarante também é uma terra que pode atrair para cá investimento. Isso enquanto autarca deixa-me muito satisfeito.

ZITA GRAÇA PEREIRA – PSD

No uso da palavra disse que relativamente à questão do emprego e atendendo à política que está definida pelo município, tem de se ter uma política sustentada, uma política estratégica, sustentada em estudos, numa atitude dinâmica de auscultação e na inovação da procura de investidores para o concelho.

Atualmente, e respondendo ao senhor Deputado Cândido Zoio, quero dizer-lhe que temos três de dezenas de ofertas ativas sendo que a maioria são para restaurantes. Neste momento as ofertas são para mão-de-obra considerada de má qualificação. Atendendo à estatística do mês de outubro, verificamos que temos cerca de três mil inscritos. Isso quer dizer que a proporção entre a oferta e a procura estão completamente desfasadas. Se formos ver quem normalmente se inscreve no Centro de Emprego são pessoas com altas qualificações. Portanto, é destas políticas que o município precisa por forma a atrair investidores que possam contribuir para a fixação dos nossos jovens. Tudo isto demora o seu tempo. Pela análise deste relatório, uma das coisas que nos tranquiliza como cidadãos é o facto de termos uma entidade certificadora que acompanha este relatório. Temos de nos focar na captação do investimento para o município, independentemente faz forças políticas que aqui estão representadas. É nesse sentido que devemos trabalhar.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra começou por dizer que estava na Assembleia Municipal como Deputado municipal, com conhecimentos na área do emprego e não noutra função. É isto que me preocupa e por isso vou aqui explicar alguns dados que considero muito importantes. Não quero tirar mérito às propostas e intenções do senhor Presidente da Câmara, com a constituição da APE. Que fique claro. Eu quero escortinar como cidadão a proposta e a execução da atividade da APE.

Queria também dizer aos senhores Deputados António Jorge Ricardo e Moura e Silva que estamos apenas a avaliar o presente, a sua projeção para o futuro e não o passado. As informações dos Executivos anteriores eram mais recentes e não de há 46 dias atrás. Foi aí que eu me quis focar.

O indicador da empregabilidade é um indicador importantíssimo para Amarante. Os dados disponíveis na página do IEF, relativos ao mês de outubro, indicam-nos 24 ofertas de emprego que são só metade das ofertas de municípios nossos vizinhos que não tem APE. São ainda um quinto das ofertas existentes em Felgueiras. Isto prova que estes municípios estão a potenciar o crescimento. Nós com APE estamos a manter o crescimento. É importante que venha investimento até porque nós estamos num ponto geográfico estratégico, com as vias de comunicação que em boa hora foram construídas, mas mesmo assim, uma coisa é certa; estamos em termos de ofertas efetivas de emprego muito abaixo daquilo que os nossos vizinhos têm.

Muito mais importante que o emprego e o investimento, é a qualidade de vida das pessoas. Para segurarmos os nossos jovens era importante que todos fossem qualificados, e são-no, porque dentro da área do Tâmega e Sousa, Amarante é o concelho que tem mais licenciados e mais pessoas com o nível três e quatro de qualificação. Felgueiras e Marco tem números bem mais reduzidos. Para além desse investimento que vai sendo feito, temos também de apostar na qualidade do trabalho. Não é com apoio igual ao que foi dado ao call center, que apenas criou emprego precário, que se resolve o problema de emprego das pessoas com qualificação elevada.

JOSE LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e em resposta ao senhor Deputado Fernando Moura e Silva, disse que “efetivamente a reposição dos salários fez com que a rubrica viesse a aumentar. Julgo que para o ano aumentará mais porque com a progressão das

carreiras isso irá acontecer, não porque haja mais pessoas, mas pela razão que antes apontei.

Respondeu de seguida ao senhor Deputado Cândido Zoio a quem disse que quando faz comparações com os municípios à volta devia ter em consideração o seguinte: - quando nós vemos os Censos de 2011, percebemos que o Marco, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel todos cresceram exceto o de Amarante, que decresceu e bastante, Aliás Amarante, esteve a par de Baião e Celorico, territórios pequenos. Foi esse indicador que deu o alerta a todos de que algo se passava em Amarante. Quando eu há pouco dizia que houve desinvestimento, foi isso que eu exatamente quis dizer. É que se tivesse havido investimento, por exemplo no setor industrial, nós seguramente não tínhamos perdido tanta gente numa década. Por isso é que ainda agora os indicadores são muito discretos e a inversão dos dados vai ser muito lenta. É preciso estruturar e dar formação porque só assim, lentamente, invertemos este ciclo, Pedia-lhe pois que quando analisa-se os indicadores os analisa-se num todo. Temos ótimas condições, mas temos todos de fazer com que elas sejam perfeccionadas por todos, para que quem chega a nós diga que é aqui que quer investir. Nesta matéria estou à vontade para discutir com quem quer que seja. Não nos pode comparar com Felgueiras porque de 2008 para cá nós tivemos uma crise no território que afetou mais Amarante e o Marco. Temos de ver todos os fatores que levam ao decréscimo ou ao acréscimo dos indicadores. Não estou aqui a dizer que os seus dados estão todos errados, mas, quando fizer este tipo de análise tenha em consideração a análise de todos os dados.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE AMARANTE E DEFINIÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS ASSOCIADOS AOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO

Relativamente a este ponto inscreveram-se os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra o senhor Deputado fez a seguinte intervenção: “O Partido Socialista, votou favoravelmente em 2014, depois de um longo e profícuo debate, a proposta de ARU da cidade Amarante. Hoje, somos confrontados nesta Assembleia Municipal com uma nova proposta relativa à “delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Amarante e definição dos benefícios fiscais associados aos impostos sobre o património”. A Câmara Municipal de Amarante dispôs de quase três anos para a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), e não o fez, vendo-se agora confrontada com a caducidade da proposta apresentada e aprovada em 2014.

Reiteramos novamente a nossa adesão aos princípios e objetivos que norteiam a aplicação deste projeto, que no nosso entender, pode beneficiar amplamente Amarante e os amarantinos.

Não obstante a nossa adesão, gostávamos que o senhor Presidente nos respondesse às seguintes questões:

1. Quais os motivos que estiveram subjacentes para que a ORU não fosse aprovado em tempo oportuno?
2. Atendendo ao período de vigência da ARU da cidade de Amarante, cerca de três anos, qual foi adesão da população a este projeto? Esta informação reveste-se de capital importância para podermos avaliar o impacto que teve o “Projeto ARU na cidade de Amarante”.
3. Está o senhor Presidente da Câmara de Amarante, hoje, capaz de nos informar qual o prazo previsto para conclusão definitiva da ARU da cidade de Amarante?

4. Sendo do conhecimento público a recente aprovação da Lei do Orçamento de Estado para vigorar no ano de 2018, a qual alterou o Estatuto de Benefícios Fiscais, e como é sabido, os mesmos estão umbilicalmente ligados à proposta da ARU, pedimos esclarecimento ao senhor Presidente, se a proposta aqui em discussão, contempla as alterações da Lei do Orçamento Estado, que vai entrar em vigor no primeiro dia do ano de 2018”.

Como mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora **VEREADORA RITA BATISTA** com o pelouro da área do urbanismo que respondendo às questões anteriormente colocadas disse que “este parece um ponto que parece mais ou menos consensual porque a área de reabilitação urbana se mantém relativamente àquilo que foi aprovado acerca de três anos. Por contingências várias, algumas das quais todos vamos tendo conhecimento não foi possível aprovar em tempo útil a operação de reabilitação urbana que é o programa que tem de ser elaborado posteriormente.

Neste momento, a operação de reabilitação urbana está já em fase de conclusão. Já temos o documento trabalhado tecnicamente, que entretanto foi dado aos senhores Vereadores para que até ao final do mês de janeiro possamos fechar o assunto, uma vez que o documento tem ainda de ir a parecer, do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e tem de ser submetido a discussão pública após ser aprovado em reunião de Câmara. Por isso não era possível aprová-la em tempo útil de forma a obstar à caducidade e é por isso que estamos agora a aprovar este documento.

Em relação à sua praticidade e utilidade há diversas intenções de investimento como se consegue perceber na cidade e dentro desta área da reabilitação urbana estão a ser reabilitadas várias casas de pessoas que tem beneficiado desta medida. Há também muita gente a pedir certidões, de reconhecimento de que as suas casas na rede de reabilitação urbana para poderem beneficiar de reduções fiscais. Em relação às medidas de apoio ao financiamento as pessoas poderão ter acesso a esta nova medida do IFRU, que levará a que muita gente venha a fazer reabilitações que serão vantajosas para a nossa cidade.

Em relação à questão financeira, consta dos documentos o impacto que esses benefícios provocarão no nosso orçamento. Em resumo: o documento está praticamente pronto faltando a aprovação em reunião de Câmara, que julgo será feita em breve.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que gostava de chamar a atenção para a proposta de Orçamento de Estado no que diz respeito aos benefícios fiscais, que parecem divergentes quanto aos prazos nomeadamente o do IMI. Eu pergunto: se esta questão for como eu a interpreto não levará a que estejamos aqui a ter um ato inútil? Refiro-me ao artigo 45º, articulado número 2.

A senhora **VEREADORA RITA BATISTA** usou da palavra para lhe dizer que a questão foi tecnicamente analisada e pensa que estará de acordo com as disposições legais que são aplicáveis, mas honestamente não consigo comprometer-me neste momento com essa informação. A intenção de aprovarmos aqui esta nova delimitação urbana que no fundo é a mesma área de reabilitação, é para que não se percam os efeitos da outra. É isso que é importante percebermos. Se depois, fruto das alterações e da entrada em vigor do Orçamento de Estado e se terá algum impacto, neste momento não lhe posso dizer. Eu creio que foi feita essa concertação, mas não lhe consigo garantir que tenha sido feita. De qualquer forma entre a entrada em vigor do Orçamento de Estado e a publicação desta área de reabilitação e os efeitos que isso possa ter e mesmo que o seu período de vigência seja curto, creio que, mesmo assim, se possa aproveitar alguma coisa.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 50**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018 E RESPETIVOS ANEXOS

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

Neste ponto da Ordem de Trabalhos o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Os orçamentos Municipais não são documentos fechados, mas antes instrumentos de gestão dinâmicos, que podem e devem ser revistos sempre que existam razões de fundo, ou, devido à imprevisibilidade de acontecimentos, que lhes está sempre subjacente, que se vão manifestando ao longo de um ano, levando os executivos municipais, inevitavelmente a ajustar a estratégia inicialmente prevista.

O Partido Socialista de Amarante considera que o presente orçamento deve contemplar o reforço das competências e transferências para Juntas de Freguesias do Concelho de Amarante, especificamente através do restabelecimento dos Protocolos de Obras, para as Freguesias de Amarante. Estamos convencidos que tal opção permite aumentar a eficiência na resolução dos problemas, conferindo uma maior rapidez na resposta às necessidades das populações e reforçar o princípio da autonomia destas unidades de âmbito territorial, que são as Juntas de Freguesias. Outro, “ganho” da maior relevância, é a libertação da Câmara Municipal, para o desenvolvimento de aspetos mais estruturantes de carácter municipal e regional.

É nosso entendimento que este é o momento certo para executar tal medida, visto que possibilita uma articulação com a descentralização e reforço de competências do governo para os municípios, em áreas tão diferenciadas como Educação, Segurança Social, Cultura, Habitação, Gestão e Transferência de Recursos Patrimoniais, a ter início já em 2018 e que se prolongará até ao ano de 2021.

Temos vindo a observar o interesse do executivo camarário em consumir muitas das obras e medias em termos orçamentais, na altura da primeira revisão ao orçamento, a ser realizada em meados de Abril de 2018. Em consonância com a nota introdutória desta intervenção, esta é na nossa opinião, uma razão de fundo, para uma modificação positiva deste orçamento.

Senhor Presidente:

Os documentos Previsionais para o ano de 2018, elaborados pelo executivo que Vossa Exa. preside, e que hoje aqui nos traz, tem inúmeras obras, ações, rubricas algumas delas meramente indicativas, na certeza de que não vai ser possível concretizar tudo aquilo que os mesmos documentos contêm. É nesse sentido, que julgamos ser importante centrar o debate do orçamento na real discussão do mesmo.

O Partido Socialista pergunta a V^a Exa. quais as obras que verdadeiramente pretende executar durante o ano de 2018? Quais as suas prioridades ao nível das ações/medidas previstas nos documentos presentes?

Pela nossa parte, pensamos ser necessário (re)construir e recuperar concelho de Amarante:

1. A construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Amadeu Sousa Cardoso;
2. Requalificação da Rua Alexandre Herculano (entre o Largo Conselheiro e a Costa Grande);

3. Iniciar a Requalificação das Urbanizações de Gestão Municipal: Cancela de Abreu, S. Lazaro e Chentuada. Também consideramos fundamental, em futuros orçamentos, incluir os parques habitacionais existentes nas Freguesias de Padronelo e Louredo.

4. Continuamos a debater a necessidade de por em prática a Tarifa Social da Água, incluída nos orçamentos municipais desde o ano de 2015;

Finalizando esta intervenção, os documentos previsionais refletem um conjunto de escolhas da inteira responsabilidade da coligação “**Afirmar Amarante - PSD/CDS-PP**”, que embora legítimo, não é comungado pelo partido Socialista de Amarante. Salienta-se ainda, que o Partido Socialista não foi consultado no sentido de dar contributos em sede de construção dos mesmos ficando, assim, amputados na sua abrangência e diversidade política”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

Neste ponto da Ordem de Trabalhos o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Nós, os elementos eleitos nas listas do PPD/PSD, relativamente aos documentos previsionais para o ano de 2018, isto é, relativamente ao orçamento - que é o documento que apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas que a autarquia prevê arrecadar e realizar respetivamente, ou seja é o documento contabilístico onde se faz a previsão anual das despesas a realizar pela autarquia e a origem dos recursos para cobrir essas despesas e, relativamente ao documento das Grandes Opções do Plano – que é o documento que apresenta as linhas de desenvolvimento estratégico, ou seja o instrumento orientador do exercício da atividade executiva do município num horizonte de quatro anos que incluiu uma descrição quantificada dos investimentos a concretizar nesse período (Plano Plurianual de Investimentos) e uma lista das ações mais relevantes a realizar no primeiro ano do quadriénio a que se refere, claro que iremos votar favoravelmente.

A proposta do Plano e Orçamento de 2018, primeiro ano do mandato 2017/2021, assume o montante global de 36.517.096,00 euros, tendo como dotação total das Grandes Opções do Plano o valor definido de 20.699.241,00 euros.

Neste e no campo das realizações e execução física de importantes obras, destacamos algumas delas cofinanciadas pelos Fundos Comunitários e outras suportadas na totalidade pelo Orçamento Municipal, como sejam: Requalificação da EB 2,3 de Amarante, Recuperação do Bairro Cancela de Abreu, Recuperação Mercado Municipal, Sistema Viário de Vila Meã – Construção ligação entre Quartel de Bombeiros de Vila Meã e a rotunda do Seixo, Pavimentação da E.M. 567, entre a Ex-312 e o largo de Pidre e da EM 750 em Fridão, Bolsas de equipamentos industriais de Amarante, Plano ambiental e preservação dos recursos endógenos, nomeadamente nos rios Tâmega, Ôlo e Serra do Marão, Recuperação do Solar de Magalhães, PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), Recuperação do Cine-Teatro e PAMUS (Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável), Etc., etc.

Este documento é efetivamente um documento político por excelência, onde constam as linhas orientadoras da ação e do projeto preconizado para Amarante. Aqui consta o que foi apresentado aos munícipes, isto é, o compromisso deste executivo com os Amarantinos. É verdade, que para o cumprimento de parte desse projeto são necessários mais recursos, mas a intenção e a sinalização do caminho a percorrer estão aqui claramente plasmadas.

A preparação das candidaturas ao Quadro Comunitário, tem assumido e, vai continuar a assumir, um espaço prioritário nas preocupações do executivo, pois como sabemos ainda vivemos um período de restrições e limitações financeiras, veja-se o contínuo incumprimento da atual Lei das Finanças Locais por parte do poder central. É também do conhecimento geral, que o executivo aguarda a decisão de algumas candidaturas apresentadas, fruto dessa aposta nos fundos comunitários e, tal

resultado, permitirá alocar mais ou menos verbas para a realização das obras que no presente documento não têm ainda verba definida.

Estamos conscientes que esta proposta de Plano e Orçamento, não deixando de ser uma previsão, com um Executivo Municipal estável e consciente das suas responsabilidades, é um Orçamento realista. Não temos dúvidas, que este Plano e Orçamento de 2018 irá consolidar os ganhos já obtidos e inovar, renovando constantemente o modo de agir de forma a melhor podermos contribuir para o desenvolvimento sustentado e sustentável do nosso Município e da Região. É um orçamento que continuará a apoiar os cidadãos mais necessitados, os Jovens, as Famílias e as empresas, as Juntas de Freguesia e as Associações, a cultura, património e turismo, amigo e parceiro da natureza. É um Orçamento de Futuro, com certeza.

Para finalizar: - Votamos favoravelmente, senhoras e senhores Deputados, desde logo para continuarmos a Afirmar Amarante;

- Votamos favoravelmente os documentos aqui apresentados, para continuarmos com uma política fiscal amiga das famílias;

- Votamos favoravelmente porque queremos continuar a aposta no apoio às empresas de modo a termos mais emprego, mais oportunidades enfim, mais riqueza distribuída;

- Votamos favoravelmente porque nos revemos no reforço da coesão territorial em estreita colaboração com as freguesias nos variados domínios;

- Votamos favoravelmente porque queremos ver implementadas cada vez mais medidas de apoio familiar;

- E, finalmente, votamos favoravelmente, porque este voto é essencial para que o projeto que mereceu a enorme confiança dos Amarantinos, continue a contar com uma grande aposta nos Fundos Comunitários de modo a atingirmos rapidamente mais e melhores indicadores de qualidade de vida”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado disse que: “venho aqui, na sequência de parte da intervenção do senhor Deputado do Partido Socialista, para dizer que fiquei um pouco surpreendido, até porque o senhor Deputado, sabendo o que se passou nos últimos quatro anos com a boa relação que o senhor Presidente da Câmara teve com as Juntas de Freguesia, que aliás se mostrou muito eficaz, venha agora, estranhamente realçar que se deviam retomar os protocolos para a execução de obras. Ora, sabendo eu que o senhor Presidente da Câmara sempre faz uma reunião estreita com as Juntas de Freguesia e certamente acordou com elas o modelo de gestão e de partilha de concretização política no concelho, eu queria perceber se o senhor Deputado veio aqui mandatado pelos senhores Presidentes de Junta do PS, para propor uma alteração neste modelo de governação, ou se então discorda daquilo que está estabelecido. Eu entendo que um modelo que é eficaz durante quatro anos, que se concretiza em mais um orçamento, altamente benéfico para as Juntas de Freguesia, se deve manter. aqui Propor um modelo completamente diferente, parece não fazer muito sentido

JOSÉ JOAQUIM MAGALHAES TEIXEIRA – PS

Usou de novo a palavra para dizer que sempre houve uma divergência entre o Partido Socialista e o atual Executivo no que diz respeito a esta matéria. Desde a primeira hora o PS sempre defendeu que se deviam manter os Protocolos com as Juntas de Freguesia. Aquilo que nós defendemos está no nosso programa eleitoral. Aquilo que defendemos e aí eu se calhar não tive a capacidade de explicar bem é que esse era um princípio e uma regra orçamental igual para todos, no enquadramento de uma transferência de competências em várias áreas para as freguesias.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado disse que “acho positiva a intervenção do Partido Socialista hoje aqui na Assembleia. Intervenção sem retórica, sem mistificações, objetiva e até racional. Acho que a postura deve ser esta. Nós sempre defendemos um maior reforço no apoio financeiro às freguesias. Quando estávamos na oposição chegamos a votar contra um orçamento com o argumento de que não estava a ser acautelada a política de proximidade e as freguesias a ser dotadas das verbas que bem merecem. Sugiro à minha bancada que vote favoravelmente o orçamento. Os orçamentos agora são muitos mais rigorosos, sendo sindicados por Revisores Oficiais de Contas para evitar os abusos que alguns municípios cometiam no passado. É um bom orçamento que vem no seguimento dos anteriores, sendo por isso um instrumento essencial para o desenvolvimento da nossa terra. Com mais ou menos constrangimentos, sei que o Executivo vai conseguir concretizá-lo.

FERNANDO MOURA E SILVA - CDS/PP

No uso da palavra começou por dizer que este orçamento para além de ser importante, é determinante para o futuro próximo do desenvolvimento de Amarante. Estes documentos, são por regra a manifestação de ambições e de pontos de vista que tem uma lógica de acordo com o modelo de desenvolvimento da sociedade, no caso concreto para município por parte de quem o governa. Na medida do possível deve ser agregador de outros contributos que possam surgir, não só previamente mas também depois, no desenvolvimento de ação nas medidas não previstas no documento e de ambições que ao longo do tempo todos nós vimos vindo manifestando e que pensamos ser importantes para o desenvolvimento de Amarante.

Estas ambições que aqui estão manifestadas e que espero possam ser possíveis de concretizar, coisa que nem sempre acontece dados alguns condicionalismos que poderão acontecer. Parece-me contudo que o documento é um documento realista. Não é muito exagerado na sua ambição. Devemos planear bem e depois propor, para que o realizado não se desvie substancialmente daquilo que queremos fazer. Desde logo, há aqui um destaque que é merecedor de registo nomeadamente em comparação com documentos que anteriormente tivemos oportunidade de avaliar e refiro-me concretamente à rubrica e aos valores disponibilizados na rubrica economia, inovação e emprego. Há três anos atrás, no primeiro orçamento do Executivo anterior, nós tínhamos verbas para esta rubrica na ordem dos cem mil euros. Hoje, estamos aqui com um valor previsto de um milhão e setenta e oito mil euros. Há aqui um desvio substancial que se manifesta e vai de encontro a uma ambição que o Executivo tem vindo a procurar realizar, percebendo claramente que nem sempre é possível concretizar a ambição que todos temos. Assim sendo, não discrimina a equidade com as Juntas de Freguesia. Dá também uma atenção muito especial às rubricas sociais o que significa que o município continua a mostrar disponibilidade para construir em conjunto, para partilhar nestes tempos que ainda se poderão considerar difíceis. Portanto, se olharmos com atenção para o documento e para as suas linhas de orientação vemos que satisfaz globalmente e por isso ninguém até agora manifestou grande discordância às grandes orientações que aqui estão propostas e assim sendo, da minha parte e da parte dos Deputados do CDS, vamos votar favoravelmente o documento.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, foi então dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que o senhor Presidente da Junta de Vila Caiz na sua intervenção traçou um pouco daquilo que é a orientação política deste documento, fez um boa leitura do documento e pouco mais haverá a acrescentar.

De qualquer modo, queria deixar aqui sossegados os senhores Deputados do Partido Socialista relativamente àquilo que tem a ver com protocolos com as Juntas de Freguesia e por uma razão muito simples. Sabendo eu qual é a vossa orientação de como deve ser a relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, tive o cuidado de chamar os senhores Presidentes de Junta, falar-lhes sobre este orçamento.

Este orçamento tem compromissos que tem de ser continuados, com obras estruturantes que estão a ser feitas, nomeadamente algumas que aqui foram referidas, como por exemplo o Pavilhão, a recuperação do Bairro Cancela de Abreu, para o qual ainda estamos à espera da aprovação de uma candidatura. Acredito que dentro em breve iremos ter uma resposta para avançar com aquilo que é o nosso propósito. Na elaboração deste orçamento, atendendo a muitas candidaturas que fizemos que espero serem brevemente aprovadas, tive uma dificuldade porque sabia quantas candidaturas tínhamos feitos e qual o valor total do investimento que teríamos de fazer. Faltava-me então saber o que é que era financiado pelos fundos comunitários e aquilo que seria a contrapartida nacional. Por isso, uma coisa é dizermos que é tudo elegível, outra é haver cortes e aí temos de fazer um esforço maior em termos orçamentais. Foi isso que eu disse aos senhores Presidentes de Junta e aos senhores Vereadores, no sentido de a partir de abril podermos ajustar o orçamento e podermos fazer pequenos investimentos, porque aquilo que é estruturante e as linhas orientadoras já lá estão. Deixei a nota aos senhores Presidentes de Junta que da minha parte e sabendo que há uma orientação política vossa, eu deixei a nota de que não tinha problemas em continuara a fazer os protocolos, que aliás continuo a fazer mas, apesar disso, há ainda gente que continua a confundir a “estrada da Beira” com a “beira da estrada”. Se compararmos o mandato que findou com o anterior, nós até tivemos mais protocolos. Enfim, às vezes dá jeito dizer que não. Por isso é que eu disse aos senhores Presidentes de Junta que eu estou disponível para concertar uma posição para todo o mandato, com protocolos e dando a liberdade para que aqueles que não queiram protocolos não os tenham. Importa referir que a ser assim, isto começa logo no primeiro ano de mandato.

Quero também dizer a todos os senhores Deputados que a questão da delegação de competências do estado para as autarquias, deixam-me preocupado, não que eu seja contra, mas há coisa que eu sei; a delegação é uma coisa e depois o envelope financeiro é outra. Por exemplo, o que nos pagam para podermos pagar às auxiliares do primeiro ciclo, fica-se nos 40%, o que quer dizer que o município tem de suportar os outros 60%, percentagem essa que também devia ser da responsabilidade dos Estado Central. Na área dos transportes é a mesma coisa. Por exemplo nas despesas de saúde, na ADSE dizem que não pagam. Ficamos com os funcionários todos e ficamos logo com um “prejuízo” na casa de um milhão de euros. Com o avançar da idade a despesa com a saúde aumenta muito. Isto não é sério, não porque eu seja contra a delegação de competências, mas por saber que o envelope financeiro não será proporcional às despesas. Nós não temos orçamento capaz, porque as receitas são diminutas. Não podemos correr o risco de receber todas as competências, ficando dessa forma sem capacidade financeira para podermos fazer qualquer investimento estrutural para Amarante. Disse recentemente ao senhor Secretário de Estado das Autarquias, o Dr. Carlos Miguel que o município de Amarante e muitos outros não terão capacidade em termos de gestão para suportar todas as competências que eventualmente forem transferidas, se para isso não houver contrapartidas financeiras.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra, disse que o Partido se irá abster na votação deste orçamento.

PAULO BARREIRA – PS

No uso da palavra o senhor Deputado, disse que depois de ter ouvido o senhor Presidente da Câmara referir por várias vezes que ia fazer obras nos bairros, queria perguntar: Em que bairros? O que se propõe fazer? Quais os montantes envolvidos? Quando vai iniciar as obras? Que tipo de intervenções em concreto serão feitas e se para isso já foram feitos levantamentos para se poder aferir em concreto que melhoramentos terão de ser feitos.

Relativamente a estas questões, foi dada a palavra à senhora **VICE-PRESIDENTE** da Câmara com o Pelouro da Habitação Social, **DRA. LUCINDA FONSECA**, que começou por dizer que “as intenções de intervenção nos bairros sociais estão plasmadas na página um do orçamento, nas Grandes Opções do Plano. Para identificar as intervenções em concreto, quero dizer que para o Bairro Cancela de Abreu o projeto está pronto e já foi apresentado aos senhores Vereadores na Câmara. Foi ainda apresentado, em duas sessões, aos habitantes do Bairro Cancela de Abreu para perceberem o que ali vai ser feito e para que eventualmente pudessem ainda dar alguns contributos. Este projeto tem como primeiro objetivo de intervenção a requalificação através de uma candidatura de eficiência energética que tem a ver com cobertura e caixilharias. Há contudo um projeto mais alargado porque era importante perceber o que era realmente necessário fazer em termos concretos de requalificação, onde se inclui toda a área envolvente, incluindo os arruamentos, sendo que, nesta fase da candidatura a intervenção que se pretende fazer é para a eficiência energética.

Em relação às outras intervenções e às necessidades que estão evidenciadas para os restantes bairros, quero dizer-lhe que temos um problema conhecido, no bairro de S. Lázaro. Tem um problema de construção, e por isso que sofre de infiltrações que se notam nas casas dos nossos condóminos. As necessidades estão devidamente elencadas, vão ser intervencionadas e logo que possível será feita essa correção. Contudo, tem sido feitas intervenções pontuais por forma a minimizar aquilo que são os constrangimentos para os nossos moradores. A par disso está a ser feita uma avaliação rigorosa aos problemas da construção pelos técnicos.

Em relação ao Bairro da Chentuada, quero dizer-lhe que o projeto de intervenção está pronto. Está também a ser articulado com os nossos condóminos e os restantes moradores, para que possam também ter conhecimento do que ali vai ser executado.

Em relação ao Bairro do Barracão, como sabe, temos poucas habitações nossas e é um bairro onde somos também condóminos e por isso regemo-nos pela lei do condomínio. Há um problema, que tem a ver com a falta de pagamento por parte de muitos dos condóminos. Nós, enquanto condóminos, faremos a intervenção naquilo que é a nossa quota-parte de responsabilidade.

É verdade que temos mais habitação social. Temos em Louredo, e em Padronelo habitações que estamos a avaliar. À medida que os pedidos dos nossos condóminos entram, através do Balcão Único, são encaminhadas para os serviços, são avaliadas e na medida daquilo que é possível, as intervenções tem sido feitas. A última referência que fiz foi a Louredo que é um problema que terá de ser analisado com maior profundidade porque tem outros constrangimentos associados a essa habitação, contornos que não são fáceis de explicar neste momento, por falta de tempo, mas que poderei explicar numa outra altura.

PAULO BARREIRA – PS

No uso da palavra disse que ia questionar o que iria ser feito nos bairros de Louredo e Padronelo, que não estavam no plano, mas como já lhe foi dada alguma explicação do que está a acontecer. No entanto, o senhor Presidente de Câmara, em

2013, na ata número três, de 28 de dezembro, disse que “neste momento vou mandar fazer um levantamento exaustivo dos bairros sociais de modo a saber quais as obras de recuperação a fazer, sabendo-se que no próximo ano poderá ser possível fazer candidaturas a fundos comunitários que ajudarão nesta recuperação”. O que acontece é que nem todos os bairros estão contemplados. Há aqui dois que estão de fora e que segundo informações, não foram até agora contemplados com qualquer obra.

Usou de seguida a palavra a senhora **VICE-PRESIDENTE, DRA LUCINDA FONSECA**, que respondendo ao orador anterior lhe disse: “nós não estamos à espera de reclamações para depois agir. O que eu disse é que quando há pedidos de intervenção, elas são devidamente avaliadas, depois de encaminhadas para os respetivos serviços e dentro daquilo que são as nossas responsabilidades e competências, agimos. Muitas das vezes, os pedidos que são feitos não são da nossa responsabilidade ou competência, independentemente da habitação ser propriedade ou não do município. Em termos de candidaturas para habitação social as intervenções que eram possíveis de submeter a candidatura foram feitas. Fala-me de Louredo mas Louredo não é nenhum bairro social. Se conhece a habitação de que estamos a falar, sabe que apenas se trata de uma habitação e não de um bairro. Tem mais do que uma habitação, mas é apenas uma casa. Em Padronelo a dimensão do número de habitações que lá temos e a intervenção necessária a ser feita, não mereceu neste momento a atenção dos serviços por forma a inclui-la na candidatura. Contudo, as intervenções têm sido feitas. Ainda acerca de dois meses foi feita uma intervenção de fundo numa das habitações para que ela pudesse ser entregue ao munícipe que a ocupava. São respostas que podem ser dadas pelos nossos serviços e como tal, tem sido assim”.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 20, votos a favor: 29**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À FIXAÇÃO DAS TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM

Relativamente a este ponto, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso o senhor Presidente da Assembleia colocou-o de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

A exemplo do ponto anterior, também nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso o senhor Presidente da Assembleia colocou-o de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

O senhor **Presidente da Assembleia**, dando continuidade aos trabalhos, disse que na Ordem de Trabalhos estavam agendados, a partir do ponto numero 5, nove pontos de nomeação/eleição de pessoas para diversos cargos e comissões. Esta situação já foi objeto de análise e de acordo com os líderes das bancadas com assento na Assembleia. As propostas estão feitas e na posse da Mesa da Assembleia, faltando apenas a sua votação. Por isso temos duas hipóteses: Ou votamos uma a uma ou votamos em bloco. Estamos preparados para as duas situações. Na primeira hipótese,

entregaremos os boletins de voto respeitantes à eleição das pessoas propostas do ponto número seis ao ponto número catorze, e no fim contávamos os votos. A segunda hipótese é votarmos ponto a ponto e para isso chamamos nove vezes os membros da Assembleia. O ponto número 16, respeitante à eleição dos elementos para a CIM será votado após todas estas eleições e só pelos elementos eleitos diretamente, sendo que para isso os senhores Presidentes de Junta terão de se retirar da sala.

Foi ainda proposto pelo senhor **Presidente da Assembleia**, que se avançasse para o ponto número 15, **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO PARA O QUADRIÉNIO 2017/2021**, para o qual também já havia acordo uma vez que já se tinha chegado à versão final do documento, enquanto os líderes dos grupos Parlamentares iam ao gabinete da Assembleia Municipal assinar as propostas atrás faladas. Esta proposta não foi aceite e por isso iniciou-se a distribuição dos nove boletins de voto; do ponto número seis ao ponto número 14. Concluído este procedimento, reabriu-se a Assembleia no ponto número 6: – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Saúde.

Usou da palavra o senhor Deputado **CANDIDO ZOIO** que disse que: “ia usar da palavra neste momento, apenas para contextualizar as propostas que a seguir serão votadas.

Fez-se uma reunião com a presença dos líderes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, por forma a ser encontrada uma plataforma de entendimento, de modo a evitar votações alternativas, sendo certo que é um bom sinal que a democracia necessita.

Sabendo que todos temos os nossos méritos e as nossas ambições, todas as forças tinham os seus próprios candidatos para todas as votações.

No processo de negociação houve cedências de parte a parte e chegou-se a uma plataforma de entendimento em todas as listas que agora se apresentam a votação”.

Concluída a intervenção anterior, o senhor Presidente da Assembleia passou a ler todas as propostas entradas na Mesa e deu a conhecer os nomes dos elementos que constituíam cada uma.

Assim, para a ponto número 6 - **ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE**, foi proposto o senhor Deputado Pedro Leonel Dias Marques da Cunha.

Para o ponto nº 7 - **ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E O SEU SUPLENTE PARA O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL**, foi proposto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, o senhor Alípio Teixeira.

Para o ponto número 8 - **ELEIÇÃO DE 3 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS**, foram propostos os senhores Deputados Carlos Marques da Silva Macedo, Pedro Manuel Barros Pereira e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho.

Para o ponto número 9 - **ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO**, foi proposto o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Salvador, o senhor Gabriel Edgar Fonseca Silva Gomes.

Para o ponto número 10 - **ELEIÇÃO DE ATÉ CINCO PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**, foram propostos os senhores Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró (S. Tiago e Sta. Cristina), senhor Daniel Pinheiro, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Fridão, Cristina da Conceição Marinho Gonçalves Queirós, o senhor Presidente da Junta de Freguesia

de Ansiães, o senhor António Fonseca Brandão, o senhor Presidente da União de Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, Henrique Jorge Nunes Monteiro e por fim a senhora Presidente da Junta da Freguesia de Rebordelo, Cláudia Daniela Mota e Silva.

Para o ponto número 11 - **DEFINIÇÃO E ELEIÇÃO DO NÚMERO DE PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA A ELEGER PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**, foram propostos o senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, o senhor António Cândido Alves Pinheiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, Rui Filipe da Silva Coelho, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Meã, o senhor Lino Manuel dos Santos Macedo e por fim o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, o senhor Armando Jorge Pinheiro Coimbra.

Para o ponto número 12 - **ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E O SEU SUPLENTE PARA PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**, foi proposto como candidato efetivo o senhor Presidente da Junta de Vila Caiz, o senhor António Jorge Vieira Ricardo e como suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Meã, o senhor Lino Manuel dos Santos Macedo.

Para o ponto número 13 - **DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**, foram propostos os seguintes elementos: Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Miguel Ângelo Teixeira Coelho e Sara Carvalho.

Para o ponto número 14 - **DESIGNAÇÃO/INDICAÇÃO DE 4 PESSOAS DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES NOS TERMOS DO ARTIGO 17º, ALÍNEA L) DA LEI 147/99 DE 1 DE SETEMBRO, PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO – CPCJ**, foram propostos os seguintes cidadãos: Amélia Maria Gomes de Oliveira, Maria José Dias Cerqueira, Marco Tiago Leitão Ferraz Carneiro e Fernando José Moura e Silva.

Terminada a apresentação das listas, deu-se início ao ato eleitoral propriamente dito, com a chamada dos elementos que compõem a Assembleia Municipal, que depositavam pela ordem que eram chamados os seu votos na urna. Depois de cumprida esta formalidade, passou-se à separação e contagem dos votos. Apuraram-se os seguintes resultados:

Ponto número 6 - votos a favor: 50, votos nulos: 0, votos brancos: 0

Ponto número 7 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 8 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 9 - votos a favor: 47, votos nulos: 0, votos brancos: 3

Ponto número 10 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 11 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 12 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 13 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

Ponto número 14 - votos a favor: 49, votos nulos: 0, votos brancos: 1

A partir desta data todas as propostas produzem efeitos imediatos.

Passou-se de imediato à discussão e análise dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos. Assim, o **PONTO NÚMERO 15 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O QUADRIÉNIO 2017/2021**, ponto este objeto de trabalho entre os líderes dos grupos parlamentares, findo o qual se chegou ao documento agora em discussão. Inscreveu-se para usar da palavra o senhor Deputado **ANTÓNIO ARAUJO**, que disse que “neste ponto, a exemplo dos anteriores chegou-se a um consenso de modo a evitar votações alternativas. A alteração substancial ao regimento ocorreu em 2013, devido à alteração que foi suscitada pela Lei 75/2013. Agora, foram feitas algumas

alterações de detalhe e como é evidente foi alterada a grelha de usos de tempo de palavra, uma vez que houve alteração das forças representadas na Assembleia. Houve também uma alteração no funcionamento dos grupos municipais propostos pelos representantes do Partido Socialista e integrada na secção dos Grupos Municipais.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi o ponto posto de imediato à votação. Foi aprovado por **UNANIMIDADE** e aprovado em minuta também por **Unanimidade** para poder produzir efeitos imediatos.

Passou-se de seguida ao ponto número 16, que só será votado pelos eleitos diretamente para a Assembleia Municipal. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, não votam.

Antes de se proceder ao ato eleitoral propriamente dito, foi explicado aos senhores Deputados como é que iria ser feita a convocatória e a remessa da documentação para as próximas reuniões. Foi explicado que a convocatória será feita via correio com carta registada, ou por protocolo, conforme dita a lei. A documentação será remetida por e-mail ou qualquer outro suporte digital, até que seja encontrada a melhor solução. Aliás os líderes estão todos de acordo com este procedimento. Sabendo nós que esta prática poderá causar dificuldades a algumas pessoas, alertamos para que, quem quiser receber todo o processo como até aqui, terá de fazer menção dessa vontade junto dos serviços administrativos da Assembleia. Entretanto o senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para dizer que “dentro de duas semanas vamos ter um novo servidor, que terá uma cloud onde cada um dos senhores Deputados terá uma conta. Ser-lhe-ão enviados para essa conta todos os documentos que digam respeito à Assembleia. Os documentos podem ser acedidos de qualquer lugar, bastando para isso ter acesso a um computador. Penso que dessa forma o problema ficará resolvido e espero que isso já seja possível para a próxima reunião da Assembleia”.

Usou ainda da palavra o senhor Deputado **FERNANDO MOURA E SILVA** que disse concordar com o princípio e com o critério. Devemos poupar nos consumíveis. Por isso acho bem que a convocatória continue a ser remetida em carta registada e os documentos de suporte passem então a ser enviados por via digital. A questão que se coloca, é saber se cada um dos presentes tem instrumentos para ter acesso à documentação. Outra condição é criar condições aqui na sala para que cada um possa usar o seu próprio computador. Outra questão que devia ser ponderada é a possibilidade de nós termos acesso aos documentos em papel, se for caso disso. Se for essa a pretensão de cada um, deve haver sempre a possibilidade de se poderem disponibilizar os documentos.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse ao senhor Deputado que irão ser sempre impressos cinco exemplares. Um para a Mesa e um para cada líder.

PONTO NÚMERO 16 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA, CONFORME O PREVISTO NO ARTIGO 83º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO

A proposta entregue na Mesa indicava os senhores: António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Fernando José Moura e Silva, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, como membros efetivos. Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela e Sara Luísa Magalhães Maia como membros suplentes.

Relativamente ao último mandato há uma diferença que reside no facto de agora haver dois suplentes em vez de um. É um elemento de cada partido, o que permite que quando faltar o elemento do PSD, está presente o do PS e vice-versa.

Feita a chamada dos elementos presentes e depositados os votos na urna, procedeu-se de seguida à contagem dos mesmos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor: 26, Votos brancos: 0, Votos nulos:0.**

Cumprida a Ordem de Trabalhos, usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a postura das pessoas nesta reunião. Independentemente de terem havido alguns atritos, os trabalhos não correram assim tão mal quanto isso. Terminou, desejando a todos um bom Natal e um Ano Novo muito Bom.

Os trabalhos encerraram quando eram catorze horas e trinta minutos e da reunião foi a lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____